

# TEORIA DO MEDALHÃO E O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS: AS FACES DO (NÃO) TRABALHO NO BRASIL NO LIMIAR DOS SÉCULOS XIX E XX<sup>✓</sup>

154

Ernani MÜGGE<sup>1</sup>  
Daniel CONTE<sup>2</sup>  
Liandra Fátima HENGEN<sup>3</sup>

---

<sup>✓</sup> Artigo recebido em 31/08/2018 e aprovado em 20/11/2018.

<sup>1</sup> Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana pela UFRGS. Professor do PPG em Processos e Manifestações Culturais e do Mestrado em Letras da Universidade Feevale. E-mail: <[ernani@feevale.br](mailto:ernani@feevale.br)>.

<sup>2</sup> Bolsista de produtividade em Pesquisa CNPq. Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana pela UFRGS onde atua como professor convidado. Professor do Mestrado Profissional em Letras e do PPG em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. E-mail: <[danielconte@feevale.br](mailto:danielconte@feevale.br)>

<sup>3</sup> Mestranda no PPG em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. E-mail: <[liandra@feevale.br](mailto:liandra@feevale.br)>.

## TEORIA DO MEDALHÃO E O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS:

AS FACES DO (NÃO) TRABALHO NO BRASIL NO LIMIAR DOS SÉCULOS XIX E XX

### RESUMO

Este artigo propõe uma análise dos contos **Teoria do medalhão**, de Machado de Assis e **O homem que sabia javanês**, de Lima Barreto, e tem como objetivo compreender a questão do trabalho e do não-trabalho no primeiro conto; e, no segundo, o trabalho como uma estratégia de sobrevivência com a supervalorização da simulação do labor intelectual. O estudo partiu de uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos de trabalho de Albornoz, Alves, Antunes e Pochmann; sobre cordialidade e cultura, baseou-se em Holanda e, sob o aspecto popular da distinção das classes, em Arantes. O artigo estabelece um diálogo com a história do país no final do século XIX e início do século XX, sob a perspectiva do tratamento estético que a literatura confere a eventos do contexto empírico.

Palavras-chave: Trabalho. Literatura brasileira. Cordialidade. Imaginário.

## TEORIA DO MEDALHÃO AND O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS:

THE (NON)WORK FACES IN BRAZIL IN THE TRANSITION BETWEEN THE XIX AND XX CENTURIES

### ABSTRACT

This article proposes an analysis of the short stories **Teoria do medalhão**, by Machado de Assis and **O homem que sabia javanês**, by Lima Barreto, and aims to understand the work and non-work issue in the first story; and, in the second, the work as a survival strategy with the simulation of intellectual work overvaluation. The study started with a bibliographical review of the Albornoz, Alves, Antunes and Pochmann work concepts; on cordiality and culture terms, it was based in in the country of Holland and, under the popular class distinctions aspect, in Arantes. The article establishes a dialogue with the country history in the late nineteenth and early twentieth centuries, from the aesthetic treatment perspective that literature confers to empirical context events.

Keywords: Work. Brazilian literature. Cordiality. Imaginary.

## 1 DAS ANCORAÇÕES DO OBJETO OU UMA POSSÍVEL INTRODUÇÃO

Ancorada na rede de significações do imaginário, que lhe serve de matéria-prima, a literatura expressa aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais de um povo. Nessa ordem, é possível identificar na literatura brasileira momentos da história do país em seus processos formativos e, por conseguinte, atores que materializam literariamente traços de sua sociedade, o que evidencia as nuances performativas da identidade nacional. E o leitor, ao se debruçar sobre a ordem do imaginário que constitui e produz efeitos de sentido para seu percurso social, encontra a materialidade literária como espaço de entendimento de sua condição fenomenológica. Essa posição ideológica do sujeito aponta a ficção como representação do passado, que desvela o ponto de vista do sujeito criador, o qual imprime nela suas críticas sobre a sociedade e os aparelhos ideológicos de outrora. Desse modo, percebe-se a literatura como um campo ideológico, em que são expostas as formas de conceber e representar o comportamento dos sujeitos em sociedade, tanto quanto suas produções sociais em determinado contexto histórico.

Tendo como horizonte que a literatura carrega a propriedade de representar momentos específicos da narrativa constituidora da nação, busca-se, aqui, evidenciar como se articula a imagem do trabalho representada nos contos **Teoria do medalhão**, de Machado de Assis, e **O homem que sabia javanês**, de Lima Barreto.

O estudo consiste em apontar como o trabalho, o *facite cotidianam*, compreendido como atividade naturalizada dentro das relações imaginárias da sociedade brasileira no limiar do século XIX e XX, é representado pelos seguintes vetores: trabalho mental (que não macula as mãos e o corpo), trabalho da palavra (que se esgota em si), ausência de trabalho e trabalho como estratégia de sobrevivência. Para tanto, servem de base teórico-crítica Albornoz, Alves Antunes e Pochmann, quando se referem à ideia de trabalho; Holanda, de cordialidade e cultura; Arantes, da distinção das classes e Vital, da representação das materialidades literárias aqui abordadas.

As leituras no campo teórico-crítico suportam interpretações histórico-culturais e apresentam mecanismos de sobrevivência e ascensão em um ambiente cuja

hipocrisia se incorporava às máscaras da vida ordinária, elucidando nuances configuracionais presentes no cotidiano idealista do Segundo Reinado no Brasil e estendidas aos primeiros anos da República.

## 2 DAS CONCEITUAÇÕES DO TRABALHO OU DA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nas relações do imaginário, entre o sujeito histórico e o ser fenomenológico, há um contato interseccional onde habita outra categoria que define os atores sociais: a de operador econômico. Isso leva a macular o valor do sujeito social pelo trabalho que faz e pela riqueza que produz, de modo que o fazer laboral constrói um elo social de aprovação e reconhecimento.

Para que o sujeito possa conhecer as especificidades do mundo em que vive, é imprescindível que ele não apenas analise a época atual, mas também olhe para o passado no intuito de entender os processos históricos socioculturais que sustentam seu tempo presente. Além disso, faz-se importante que conheça a trajetória dos acontecimentos de outrora, para compreender os problemas cotidianos, especialmente, quando se trata do trabalho e da relação entre ele e seu espaço.

Sob essa complexa perspectiva de funcionamento estrutural dos mecanismos e das condições de produção, o não trabalho significa a inexistência. O trabalho, portanto,

não é só um dever, mas um direito, pois através dele o homem é homem, se faz, aparece: enquanto cria, entra em relação com os outros, com o seu tempo, cria o seu mundo, se torna reconhecido e deixa impressa no planeta em que vive a marca de sua passagem (ALBORNOZ, 1986, p. 94).

A prática laboral, além disso, pode ser entendida como uma estratégia do ser humano de se inserir nas esferas sociais e constituí-las de modo significativo. Ela está vinculada à estrutura antropológica, sendo indispensável analisá-la – na atualidade – a partir do modo de produção capitalista. Antunes (2005) evidencia as relações dicotômicas que os atores sociais estabelecem com o trabalho; propõe a reflexão do sentido do trabalho, baseada nos discursos, nas ideologias, nas relações de poder e em outros aspectos que originam a sociabilidade humana. Nesse âmbito, o trabalho caracteriza uma dualidade entre prazer e sofrimento. O próprio significado da palavra “trabalho se converteu em *tripaliare* – originário de *tripalium*, instrumento

de tortura – momento de punição e sofrimento” (ANTUNES, 2005, p. 11). Apesar de o trabalho ter essa conotação, também traduziu a ideia de imperativo social e de sua práxis organizacional, “o que significa que as atividades de trabalho eram verdadeiros rituais de socialização e cooperação social” (ALVES, 2007, p.74).

Um fator determinante que levou o trabalho a carregar a conotação de tortura foi o avanço tecnológico, que o tornou uma categoria decisiva nas relações de poder, garantindo a hegemonia do capital. Diante disso, ocorre um duplo fenômeno: as formas antigas de trabalho passam por um processo mutacional e, paralelamente, novas formas emergem. Isso acontece, segundo Pochmann (2002), devido a um conjunto de eventos que marcaram o início do século XX, como a Revolução Russa; a Grande Depressão ao largo da década de 30; as duas Guerras Mundiais e a Guerra Fria. Esta última sustentou a polarização do mundo entre o capitalismo norte-americano, que consolidou hegemonicamente o sistema econômico, e o socialismo soviético, que deu ao trabalho um caráter constitutivo de estado, debilitando as possibilidades de operadores econômicos do imaginário.

De acordo com Antunes (2006), o modelo taylorista-fordista predominou na grande indústria capitalista ao longo do século XX, massificando a produção, que obteve maior eficácia com a introdução do método organizacional proposto por Frederick Taylor. Com isso, o trabalho passa a ser fragmentado e integra uma linha de montagem em que cada etapa é desenvolvida por um profissional que está organicamente desvinculado da totalidade do processo produtivo. Desse modo, há uma desarticulação fenomenológica do ato do fazer, criando um novo modo de trabalho, em que emergem vetores especializados. O modelo taylorista-fordista, portanto, parcela e fragmenta as funções do trabalho

pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalho fabril” (ANTUNES, 2006, p. 25).

A nova dinâmica que se desenha gesta espaços de controle dos processos produtivos de trabalho. No final da década de 1960 e início da década de 1970, o modelo taylorista-fordista apresenta uma queda da produtividade e, por conseguinte, a perda da competitividade da indústria americana, o que leva há uma

reestruturação que a historiografia do trabalho irá denominar pós-fordista. Nos novos moldes, a indústria se torna mais competitiva e flexível, contingência que abre espaço para o toyotismo, modelo focado na demanda e no consumo. Assim, faz-se mister desenvolver o potencial criativo dos trabalhadores com a finalidade de obter respostas que contemplem as emergências acerca do processo produtivo. O consumo, nessa ordem, determina a produção, ou seja, existe uma demanda social e a orientação produtiva parte das estratégias concebidas para que se satisfaçam tais exigências. Ao lançar-se um olhar sobre a atividade produtiva no toyotismo, percebe-se que esta é baseada na capacidade dos trabalhadores em operar diferentes máquinas e desenvolver diferentes funções que são definidas de acordo com a demanda e as necessidades da empresa.

Para Antunes (2007) o modelo japonês de trabalho causou impacto, uma vez que apresentava maior flexibilidade e permitia ao trabalhador transitar entre as variantes operacionais, o que lhe conferia versatilidade, em contraponto à dinâmica de trabalho parcelado, característico do fordismo. No excerto que segue, tem-se a posição de Antunes sobre o conceito do toyotismo:

Criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador 'polivalente e multifuncional' da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua diversidade intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural (ANTUNES, 2006, p. 184).

As palavras do autor deflagram a relação existente entre o operário e a máquina, e nelas salienta que parte do saber intelectual do *homini opus* é transferida para o aparato que ele opera. O novo relacional complexo que ora se impõe transcende a práxis cotidiana e estabelece uma relação de conflito entre a atividade objetiva operacional e a subjetividade do sujeito implicado na produção. O capital, desse modo, objetiva envolver vigorosamente a percepção fenomenológica do trabalhador, por meio da apropriação crescente de sua dimensão intelectual e de suas capacidades cognitivas. A máquina, sem embargo, não elimina o trabalho humano, que resulta em maior interação com a subjetividade do trabalhador (ANTUNES, 2005).

O trabalho, em tese, na sua dimensão econômica e social, alia sustento, estilo de vida, consumo, realização pessoal, distribuição e apropriação de riqueza, enfim, proporciona a sobrevivência digna dos atores sociais. Para além disso, consoante Albornoz, o

trabalho tem um significado intrínseco. As razões para trabalhar estão no próprio trabalho e não fora dele. A satisfação não decorre da renda, nem da salvação, sequer do *status* ou poder sobre as outras pessoas, mas do processo técnico inerente (ALBORNOZ, 1986, p. 59).

Pelo trabalho, o ser humano desenvolve seus conhecimentos e habilidades, alcança sua autonomia como sujeito ativo das relações sociais, encontrando satisfação quando, na práxis ordinária, percebe suas potencialidades laborais.

O trabalho, no espaço contemporâneo, não é somente uma estratégia de obtenção de renda para a sobrevivência, mas, também, traduz-se em um expediente para conquistar uma vida confortável. Para tanto, faz-se necessária a acumulação de capital, promessa urdida pelo trabalho. Esse pacto origina outras prioridades e necessidades, que extrapolam necessidades primárias; destarte, os anseios diante de novos ideais prometem que o acúmulo de riquezas promova um estilo de vida legitimado pelo imaginário social.

Pode-se afirmar, diante disso, que o vínculo de atores sociais aos processos laborais – e o trânsito deles pelas esferas do imaginário – insere o *homini opus* em uma economia sistêmica do imaginário, espaço no qual ele articula interesses, necessidades e desejos. Nessa perspectiva – e considerando que a ficção oferece um tratamento estético a fenômenos histórico-sociais – lança-se um olhar sobre duas narrativas da literatura brasileira finissecular, **Teoria do medalhão**, de Machado de Assis, e **O homem que sabia javanês**, de Lima Barreto, com o objetivo de evidenciar a condição conferida ao sujeito ficcional (histórico) pelo campo simbólico do trabalho.

Essas duas obras trazem perspectivas do imaginário presentes até hoje na organização sistêmica laboral do Brasil, são obras que não só colocam seus autores em similar ordem de importância, mas, também, fixam, através de duas ordens estéticas, o testemunho de dois sujeitos que viveram, de fato, eventos político-culturais que **forjavam** a ideia de um estado-nação que buscava sedimentar-se. Em seu estudo publicado na revista **Machado de Assis em Linha**, a pesquisadora

Selma Vital realiza uma leitura comparativa entre Machado e Barreto, tomando como materialidade de análise, os dois contos que aqui são objetos de discussão. Observa a autora que as narrativas em questão “oferecem interpretações históricas reveladoras e instrutivas sobre seu tempo e, sobretudo, sobre os mecanismos de sobrevivência e ascensão num ambiente cuja hipocrisia se incorporava à filigrana da vida social” (VITAL, 2008, p. 86). É essa condição de resquício arqueológico que faz da literatura uma fonte de entendimento da condição política do sujeito social e de sua inserção no campo do imaginário coletivo.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo da interlocução entre literatura e história, no âmbito das narrativas escritas em língua portuguesa, norteará a análise teórico-crítica das materialidades ficcionais de Machado de Assis e Lima Barreto. A visada é interdisciplinar e como tal situa e analisa a interlocução entre esses campos discursivos, além das relações que estas narrativas estabelecem com a emergência da memória e a representação de conflitos de representação de identidade. O estudo é de natureza bibliográfica, tendo por base, além dos conhecimentos relativos à historiografia, a teoria do imaginário, o dialogismo, a identidade e a memória. Assim, a sistemática do trabalho dar-se-á desde uma revisão de fontes bibliográficas no que tange às relações entre literatura, história, imaginário e identidade.

Nessa ordem, o estudo, de caráter descritivo-qualitativo, tem como propósito a análise da representação do trabalho e do não-trabalho nos contos **Teoria do medalhão**, de Machado de Assis, e **O homem que sabia javanês**, de Lima Barreto. Para tanto, vale-se das teorias sobre a temática desenvolvidas por Albornoz, Alves, Antunes e Pochmann; sobre cordialidade e cultura, baseou-se em Holanda e, sobre o aspecto popular da distinção das classes, em Arantes.

### 4 TEORIA DO MEDALHÃO OU A METÁFORA DA NÃO-PRODUÇÃO

O conto **Teoria do medalhão**, publicado pela primeira vez em 1882, possibilita uma análise das relações entre o sujeito e o trabalho no século XIX, descortinando a



ideologia que permeia a imagem do trabalho, que ainda refrata na atualidade. Assinala-se que, à época, as tensões sociais se acentuavam no imaginário do país, colocando em embate as oligarquias rurais, comerciantes e classe política, uma vez que o desenho de uma nação republicana se definia com maior nitidez (SCHWARCZ; STARLING, 2016). A narrativa de Assis apresenta uma sociedade patriarcal, personalista e individualista, em que se destaca o prestígio social adquirido com a profissão e a consequente estabilidade, pela qual se alcança o tão almejado *status*. Evidencia, dessa forma, as veredas de inserção social na elite cultural brasileira, espaço este que oferece, ao medalhão, uma posição social segura. Essa circunstância se materializa nas palavras do narrador (pai) quando ele orienta o seu interlocutor (filho) a não tomar posição definitiva sobre os assuntos correntes, mantendo-se flutuante em meio às tensões sociais cotidianas:

Venhamos ao principal. Uma vez entrado na carreira, debes pôr todo o cuidado nas idéias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente; coisa que entenderás bem, imaginando, por exemplo, um ator defraudado do uso de um braço. Ele pode, por um milagre de artifício, dissimular o defeito aos olhos da platéia; mas era muito melhor dispor dos dois. O mesmo se dá com as idéias; pode-se, com violência, abafá-las, escondê-las até à morte; mas nem essa habilidade é comum, nem tão constante esforço conviria ao exercício da vida (ASSIS, 1994, p. 341).

Ocupando a condição enunciativa de um conselheiro, o pai alerta Janjão, no dia de seus 21 anos, que ele poderia ter várias carreiras diferentes, mas que deveria ter uma de resguardo, preferencialmente à de **medalhão** – sujeito deslocado da imanência do processo produtivo, contudo orientado a ocupar posições que evidenciem o poder simbólico do capital, o que leva ao prestígio, a títulos e à possibilidade de transitar nas esferas sociais, simulando uma imagem calcada na prosperidade, e a inserção nos círculos da elite nacional, perpetuando uma prática comum à época da Monarquia.

Para Albornoz, o desejo de reconhecimento “se apresenta sob forma intemporal e abstrata: corresponde ao movimento do espírito para alcançar pleno reconhecimento” (1986, p. 65). Isso se evidencia na materialidade ficcional de Machado, quando o pai de Janjão identifica a fixidez imaginária do medalhão. Mesmo que de forma abstrata, transparece, aqui, a concretude subjuntiva da “boa

economia para a velhice”: o que importa é o mundo das aparências, onde não é necessária a práxis laboral, mas a mera aceitação da condição histórica da exclusão dos comuns:

[...] Vinte e um anos, algumas apólices, um diploma, podes entrar no parlamento, na magistratura, na imprensa, na lavoura, na indústria, no comércio, nas letras ou nas artes. [...] Mas qualquer que seja a profissão da tua escolha, o meu desejo é que te faças grande e ilustre, ou pelo menos notável, que te levantes acima da obscuridade comum. A vida, Janjão, é uma enorme loteria; os prêmios são poucos, os malogrados inúmeros [...] Isto é a vida; não há planger, nem imprecisar, mas aceitar as coisas integralmente, com seus ônus e percalços, glórias e desdouros, e ir por diante (ASSIS, 1998, p. 328-329).

163

No excerto, o pai, endossado pela tradição da sabedoria paterna, projeta-a como uma experiência a ser seguida, quando orienta o filho. “O que a princípio poderia soar como singelas sugestões paternas a um filho no momento de escolher a melhor carreira a seguir, logo se transforma num minimanual muito ao gosto de Maquiavel”, afirma Vital (2009, p. 87). Dessa forma, a família constitui o primeiro vínculo de socialização e educação do sujeito, submetido a moldes patriarcais, que não alcança a necessária maturidade política, uma vez que foi condicionado a um sistema paralisante. Assim sendo, o conto traz a figuração de como a aristocracia pode aproveitar-se do espaço público para gestar estratégias de ascensão individual e política para o sujeito que pretende se inserir no campo simbólico dos privilégios da elite. Consoante Holanda, dessa práxis se originou um grande desequilíbrio social:

No Brasil, pode dizer-se que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal. Dentre esses círculos, foi sem dúvida o da família aquele que se exprimiu com mais força e desenvoltura em nossa sociedade. E um dos efeitos decisivos da supremacia incontestável, absorvente, do núcleo familiar – a esfera por excelência dos chamados “contatos primários”, dos laços de sangue e coração – está em que as relações que se criam na vida doméstica sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós. Isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas (HOLANDA, 2014, p. 175-176).

Nesse sentido, o espírito do trabalho aventureiro corresponde à obtenção do diploma, sendo o título uma ponte para a ascensão social, especialmente quando se refere à estrutura política da família patriarcal:

– Venhamos ao principal. Uma vez entrado na carreira, deves pôr todo o cuidado nas idéias que houveres de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor será não as ter absolutamente; coisa que entenderás bem, imaginando, por exemplo, um ator defraudado do uso de um braço. Ele pode, por um milagre de artifício, dissimular o defeito aos olhos da platéia; mas era muito melhor dispor dos dois. O mesmo se dá com as idéias; pode-se, com violência, abafá-las, escondê-las até à morte [...] (ASSIS, 1998, p. 330).

A recomendação paterna, que tangencia a esterilidade intelectual, pressupõe o labor humano como resultado da interação com a subjetividade do trabalhador, promove “o estranhamento e a alienação do trabalho, ampliando as formas modernas de reificação, distanciando-se ainda mais a subjetividade do exercício de uma vida autêntica e autodeterminada” (ANTUNES, 2005, p. 37). A ideia que o narrador de Machado de Assis apresenta converge com as ideias de Antunes, uma vez que o conceito de trabalho para Janjão não faz sentido, contudo ele segue ouvindo os conselhos do pai, os quais reforçam a ideia de iniquidade social oriunda do não-fazer diário. Para o narrador, a representação do “parecer” está superiormente valorizada, à época, na sociedade brasileira, em detrimento do “ser”. Esta é, pois, uma das nuances possíveis dentre as diversas características que o trabalho adquiriu ao largo do processo colonial no Brasil, o que levou Holanda a formular a seguinte questão: “E essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente característica da gente de nossa terra, não é bem uma das manifestações mais cruas do espírito de aventura?” (HOLANDA, 2014, p. 53).

**Teoria do medalhão** reproduz, essencialmente, a ambição dos atores sociais por prestígio e reconhecimento, por parte de seus pares. Integra e elimina qualquer expressão da subjetividade em nome da aprovação à superficialidade bem ornamentada das frases feitas. Consoante Faoro, este “é o quadro do idealismo do Segundo Reinado, com suas feições sociais e psicológicas. Muito amor verbal aos princípios, louvores às cousas abstratas, que, traduzidas na realidade do dia,

revelam-se incapazes de ação” (2001, p. 188). Uma significação irônica pode ser depreendida do processo enunciativo do pai:

– Tu, meu filho, se me não engano, pareces dotado da perfeita inóxia mental, conveniente ao uso deste nobre ofício. Não me refiro tanto à fidelidade com que repetes numa sala as opiniões ouvidas numa esquina, e vice-versa, porque esse fato, posto indique certa carência de idéias, ainda assim pode não passar de uma traição da memória. Não; refiro-me ao gesto correto e perfilado com que usas expender francamente as tuas simpatias ou antipatias acerca do corte de um colete, das dimensões de um chapéu, do ranger ou calar das botas novas. Eis aí um sintoma eloqüente, eis aí uma esperança. No entanto, podendo acontecer que, com a idade, venhas a ser afligido de algumas idéias próprias, urge aparelhar fortemente o espírito (ASSIS, 1998, p. 330).

A todo momento, a narrativa machadiana dialoga com **Raízes do Brasil** e recria analogicamente as tradições ibéricas, em que a estrutura social é marcada por uma estratificação, bem como pelo código do mínimo esforço do homem cordial, que prefere mitigar seus saberes em troca de favores e privilégios, com o intuito de desfrutar de regalias, que se revestem de inteligência. Assim como Assis lança mão da ironia para expressar suas ideias, Holanda também se vale da mesma estratégia da linguagem para tratar da temática: “Não lhe ocorre um só momento que a qualidade particular dessa tão admirada “inteligência” é ser simplesmente decorativa [...] e que corresponde, à necessidade que sente cada indivíduo de se distinguir [...]” (HOLANDA, 2014, p. 99).

Nota-se que, para levar a cabo a ideia de constituir-se um medalhão, é necessário, ainda, fazer-se observar, através dos passeios públicos, e conversar sobre amenidades. Esse movimento, dentro da rede simbólica da sociedade em questão, capilariza, aos poucos, uma rede de relacionamentos que conformam sujeitos operadores de um campo simbólico do não-trabalho.

A sociedade brasileira, desde essa lógica, tende a tornar espaços vinculados historicamente à produção e veiculação de conhecimento em objetos de adorno, cenários estéreis que impossibilitam uma habitação produtiva do imaginário, o que reduz o ambiente polifônico a futilidades uníssonas:

[...] As livrarias, ou por causa da atmosfera do lugar, ou por qualquer outra, razão que me escapa, não são propícias ao nosso fim; e, não obstante, há grande conveniência em entrar por elas, de quando em quando, não digo às

ocultas, mas às escâncaras. Podes resolver a dificuldade de um modo simples: vai ali falar do boato do dia, da anedota da semana, de um contrabando, de uma calúnia, de um cometa, de qualquer coisa, quando não prefiras interrogar diretamente os leitores habituais das belas crônicas de Mazade; 75 por cento desses estimáveis cavalheiros repetir-te-ão as mesmas opiniões, e uma tal monotonia é grandemente saudável (ASSIS, 1998, p. 331).

Arantes (2012, p.14-15) afirma que a distinção entre o saber e o fazer edifica uma estratégia de hegemonia ideológica de uma classe sobre as demais. Para que isso ocorra, manipulam-se “repertórios e fragmentos de ‘coisas populares’ que, em muitas sociedades, se expressam e se reafirmam simbolicamente na representação das identidades nacionais”.

O pensamento de Antunes coaduna com o de Holanda (2014) quando este se refere ao patriarcalismo e afirma que as práticas que orbitam o conceito de patriarcado trazem um modo de ascensão social. Por essa razão, é fundamental ter bons laços afetivos fora da vida doméstica. Se pensarmos na personagem machadiana, uma relação aporética se estabelece: para as pretensões paternas de Janjão, as relações comunitárias têm suma importância. Contudo, o rapaz se apresenta, aos vinte e um anos de idade, um ser pretensamente doméstico, distanciado do trabalho, que apreende o mundo através dos olhos do pai.

Imbricada às relações pessoais, aparece, na narrativa de Assis, de modo significativo, a organização da permanente adulação:

– Não te falei ainda dos benefícios da publicidade. A publicidade é uma dona loureira e senhoril, que tu deves requestar à força de pequenos mimos, confeitos, almofadinhas, coisas miúdas, que antes exprimem a constância do afeto do que o atrevimento e a ambição. Que D. Quixote solicite os favores dela mediante, ações heróicas ou custosas, é um sestro próprio desse ilustre lunático. O verdadeiro medalhão tem outra política. Longe de inventar um Tratado científico da criação dos carneiros, compra um carneiro e dá-o aos amigos sob a forma de um jantar, cuja notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos. Uma notícia traz outra; cinco, dez, vinte vezes põe o teu nome ante os olhos do mundo (ASSIS, 1998, p. 334).

A **atividade** do parecer constantemente afetivo remete ao conceito de **homem cordial**, de Holanda, que traduz uma prática corriqueira de troca de favores, de gentilezas e todo o tipo de quinquilharia do imaginário que faz com que a imagem de cordialidade se perpetue. Desde essa perspectiva, o homem cordial apresenta duas

facetas imaginárias: se, por um lado, é afável e solícito, por outro, pode manifestar-se instintivamente, o que o coloca como arquétipo de um Estado que tende para uma esquizofrenia funcional. Daí a permanência da imagem de uma tenuidade entre o público e o privado. Portanto, sob essa ótica, a cordialidade está condicionada a interesses pessoais e políticos, que não aceitam juízos éticos. Conforme Holanda,

A lhaneza no trato, a hospitalidade, e generosidade, é um traço definido do caráter brasileiro, que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo (HOLANDA, 2014, p. 176).

167

Nessa ordem, podemos pensar que a materialidade ficcional de Machado de Assis dá um tratamento estético às particularidades da sociedade brasileira finissecular, desvelando aspectos do mundo do trabalho que ainda repercutem no espaço contemporâneo. E mais, recupera a estética quixotesca do parecer sobreposto ao ser pautada na palavra ornamentada e desvinculada da sua significação social, como observa Vital,

sua sonoridade, seu aspecto empolado serviam tão somente como recurso, eram o código de acesso a um patamar social elevado. As palavras devem terminar em si mesmas, em sua estatística, em seu efeito imediato, não se vinculando a nenhuma ideia de fato” (VITAL, 2009, p. 89).

## 5 O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS OU A INIQUIDADE PRODUTIVA

Na esteira da análise da narrativa machadiana, Lima Barreto apresenta **O homem que sabia javanês**. O conto foi publicado pela primeira vez no jornal Gazeta da Tarde, no dia 28 de abril de 1911, e constitui-se em um diálogo entre dois amigos, Castelo e Castro. O primeiro conta a estratégia que utilizará para sobreviver no Rio de Janeiro que, a essa altura da história, já apresenta aspectos de um urbanismo acentuado e inspirado nas grandes metrópoles europeias. A personagem, ao deparar-se com um anúncio de jornal que divulgava a necessidade de um professor de língua javanesa, vislumbrou a possibilidade de ascensão social. A ideia de não ter muitos concorrentes agradou-lhe e começou a construir uma estratégia para atender às exigências da vaga. Desconhecedor do objeto linguístico – a língua javanesa – Castelo iniciou seus estudos pelo alfabeto e por alguns

vocábulo aleatório, depois, lógico, de procurar nos mapas a localização geográfica da ilha de Java. Após a fase preliminar de estudos, estava pronto para ensinar o idioma ao Barão de Jacuecanga. Este, já surdo e com dificuldades de locomoção, torna-se um sujeito altamente vulnerável para a performance simuladora de Castelo.

Grato pelos ensinamentos, ignorando as falcatruas de seu professor, o Barão inclui-o no seu testamento. Mais do que a parte material herdada por Castelo, o que lhe proporciona uma ascensão social meteórica e o faz transitar nas altas esferas da sociedade carioca, são os valores simbólicos que ele herda de sua simulada condição de conhecedor da língua e da cultura javanesa e do contato que teve com uma imagem significativa da ordem monárquica, o Barão de Jacuecanga. A imagem de intelectual o leva a ser nomeado cônsul de Java, cabendo-lhe a representação do Brasil no exterior, onde profere palestras e publica artigos.

Àqueles que lançam um olhar atento às relações de trabalho na materialidade literária, cabe perguntar que espaços habitam as duas personagens, Barão de Jacuecanga e Castelo. Em relação àquele, o leitor percebe, através dos olhos de Castelo, um ambiente decadente, que se está esfacelando, paralelamente à Monarquia, que promoveu Jacuecanga a barão:

Olhei um pouco o jardim e vi a pujança vingativa com que a tiririca e o carrapicho tinham expulsado os tinhorões e as begônias. Os crótons continuavam, porém, a viver com a sua folhagem de cores mortiças. Bati. Custaram-me a abrir. Veio, por fim, um antigo preto africano, cujas barbas e cabelo de algodão davam à sua fisionomia uma aguda impressão de velhice, doçura e sofrimento.

Na sala, havia uma galeria de retratos: arrogantes senhores de barba em colar se perfilavam enquadrados em imensas molduras douradas, e doces perfis de senhoras, em bandós, com grandes leques, pareciam querer subir aos ares, enfunadas pelos redondos vestidos à balão; mas, daquelas velhas coisas, sobre as quais a poeira punha mais antiguidade e respeito, a que gostei mais de ver foi um belo jarrão de porcelana da China ou da Índia, como se diz. Aquela pureza da louça, a sua fragilidade, a ingenuidade do desenho e aquele seu fosco brilho de luar, diziam-me a mim que aquele objeto tinha sido feito por mãos de criança, a sonhar, para encanto dos olhos fatigados dos velhos desiludidos... (BARRETO, 2001, p. 57-58).

Dada a plasticidade oferecida pelo narrador, supõe-se que o Barão habitava um espaço fora da rede de produção daquele tempo. A principal evidência que se

tem desse não-trabalho é quando, a Castelo, ele conta a história de seu avô, que foi conselheiro de D. Pedro I, quando de sua abdicação:

– O que eu quero, meu caro Senhor Castelo, é cumprir um juramento de família. Não sei se o senhor sabe que eu sou neto do Conselheiro Albernaz, aquele que acompanhou Pedro I, quando abdicou. Voltando de Londres, trouxe para aqui um livro em língua esquisita, a que tinha grande estimação. Fora um hindu ou siamês que lho dera, em Londres, em agradecimento a não sei que serviço prestado por meu avô. Ao morrer meu avô, chamou meu pai e lhe disse: “Filho, tenho este livro aqui, escrito em javanês. Disse-me quem mo deu que ele evita desgraças e traz felicidades para quem o tem. Eu não sei nada ao certo. Em todo o caso, guarda-o; mas, se queres que o fado que me deitou o sábio oriental se cumpra, faz com que teu filho o entenda, para que sempre a nossa raça seja feliz.” (BARRETO, 2001, p. 59).

As características de Jacuecanga aparecem em meio à descrição detalhada de sua casa. É possível presumir que a decadência de seu patrimônio é também uma decadência subjetiva de uma ideologia extemporânea. O excerto que segue serve como parâmetro para o cotejamento entre o ser e sua materialidade:

Era uma casa enorme que parecia estar deserta; estava maltratada, mas não sei porque me veio pensar que nesse mau tratamento havia mais desleixo e cansaço de viver que mesmo pobreza. Devia haver anos que não era pintada. As paredes descascavam e os beirais do telhado, daquelas telhas vidradas de outros tempos, estavam desguarnecidos aqui e ali, como dentaduras decadentes ou malcuidadas (BARRETO, 2001, p. 57).

Sóbrio de sua condição decadente, o Barão, impulsionado pela superstição, busca a possibilidade de evitar desgraças, atribuindo valor simbólico a uma herança de família – um livro herdado de seu avô. A contratação de um professor de língua javanesa é uma espécie de último suspiro dentro da ordem monárquica que está sendo superada pela jovem república. Assim, o Barão, estabelece uma relação similar ao do aventureiro colonizador, que, igualmente, buscava riqueza, “mas a riqueza que custa ousadia não riqueza que custa trabalho” (HOLANDA, 2014, p. 56). Também é possível estabelecer uma analogia entre o desleixo que o Barão tem com sua casa e o descaso do colonizador lusitano ao construir estradas e vilas: “nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra desleixo” (HOLANDA, 2014, p.131). Além disso, o Barão representou o homem cordial que desfrutava de grande influência, cujas



“concepções e formas de vida” estavam relacionadas “de algum modo ao nosso passado rural e colonial” (HOLANDA, 2014, p.100), ideologia que sustentava o patriarcalismo e reforçava a organização rural e os valores personalistas.

Castelo, por sua vez, apresenta-se, no conto, como uma personagem culta, discreta e com boas maneiras, tanto que consegue sair-se bem no convívio na casa do Barão. Essas características expressam que Castelo conseguiu entender os códigos linguísticos e culturais que constituíam a sociedade daquele período, elaborando uma estratégia para sobreviver. Com isso, a personagem exibe um grande domínio da linguagem, o que a ajuda a transitar por vários ambientes sociais e a conquistar um protetor, uma sombra que legitima seu trânsito, servindo-se dos benefícios que esta amizade proporciona.

Alves (2007) constata que a linguagem e a cultura, aliadas ao trabalho, viabilizaram uma sociabilidade em que os sujeitos conseguiram sobreviver à natureza inóspita através da cooperação e do labor: “a cooperação irá assumir uma forma de interatividade social e de sociabilidade plena, onde a consciência, e com ela a linguagem e a técnica, irão retro-alimentar uma nova forma de ser: o ser social” (ALVES, 2007, p.74). Isso significa que, assim como o domínio da linguagem ajudou os homens primitivos a sobreviverem perante todas as adversidades do período, ele também possibilitou a sobrevivência de Castelo em uma sociedade personalista e patrimonialista. No diálogo que segue, fica explícita a astúcia de Castelo para sobreviver em uma cultura em que o fazer laboral não tem tanto valor quanto as articulações interditas de ascensão social:

- Eu sou, avancei, o professor de javanês, que o senhor disse precisar.
  - Sente-se, respondeu-me o velho. O senhor é daqui, do Rio?
  - Não, sou de Canavieiras.
  - Como? fez ele. Fale um pouco alto, que sou surdo.
  - Sou de Canavieiras, na Bahia, insisti eu.
  - Onde fez os seus estudos?
  - Em São Salvador.
  - Em onde aprendeu o javanês? indagou ele, com aquela teimosia peculiar aos velhos.
- Não contava com essa pergunta, mas imediatamente arquitetei uma mentira. Conte-lhe que meu pai era javanês. Tripulante de um navio mercante, viera ter à Bahia, estabelecera-se nas proximidades de Canavieiras como pescador, casara, prosperara e fora com ele que aprendi javanês (BARRETO, 2001, p. 58).

Por meio do discurso de Castelo, é perceptível que a “atividade de trabalho humano é intrinsecamente atividade social” (ALVES, 2007, p.74), que legitima o estar comunitário. A personagem constrói sua imagem reforçando a ideia da tradição do trabalho familiar, embora não tenha uma ocupação definitiva. Convém assinalar que, à época da produção de Barreto, não havia mais espaço para os regalos monárquicos, dos quais o Barão se beneficiou ao largo da vida. A força que movimentava a sociedade já apresentava nucleações urbanas periféricas e ares de industrialização massiva para a época. Portanto, o trabalho pautava-se na produção de riqueza por meio de um sistema produtivo que incluía grande parte da população, porém onde havia os excluídos, como é o caso de Castelo.

Mesmo que o trabalho seja uma categoria essencial para os seres humanos, uma vez que exprime sua humanidade como componentes da malha antropológica, não existe um consenso no imaginário de sua necessidade absoluta. O fazer laboral é relativizado e se constituem à sua margem estratégias e mecanismos estabelecidos de uma práxis paralela ao ato pontual da produção. É o que substancializa Castelo em sua referência como professor de um idioma que foge ao domínio do senso comum, que se destaca em uma sociedade ignóbil e desinformada, a contingência histórica é o que o projeta ao êxito:

– Eu tinha chegado havia pouco ao Rio estava literalmente na miséria. Vivia fugido de casa de pensão em casa de pensão, sem saber onde e como ganhar dinheiro [...] Ora, disse cá comigo, está ali uma colocação que não terá muitos concorrentes; se eu capiscasse quatro palavras, ia apresentá-lo. Saí do café e andei pelas ruas, sempre a imaginar-me professor de javanês, ganhando dinheiro, andando de bonde e sem encontros desagradáveis com os "cadáveres". Insensivelmente dirigi-me à Biblioteca Nacional. Não sabia bem que livro iria pedir; mas, entrei, entreguei o chapéu ao porteiro, recebi a senha e subi. Na escada, acudiu-me pedir a Grande Encyclopédie, letra J, a fim de consultar o artigo relativo a Java e a língua javanesa. Dito e feito. Fiquei sabendo, ao fim de alguns minutos, que Java era uma grande ilha do arquipélago de Sonda, colônia holandesa, e o javanês, língua aglutinante do grupo maleo-polinésico, possuía uma literatura digna de nota e escrita em caracteres derivados do velho alfabeto hindu (BARRETO, 2001, p. 56).

A condição de não-trabalho da personagem leva-a a gestar uma estratégia longe da apologia moral que o signo trabalho carrega. Sua escolha escapa a imagens comumente construídas sobre o trabalho, visto que este engloba, além de uma função orgânica adaptativa, uma atividade cognitiva, tendo caráter

transformador da realidade. Todavia, no imaginário popular, apresenta um lado negativo, pois o valor do trabalho está no sofrimento e traz consigo a semântica da tortura, herança colonial. Na narrativa, Castelo expressa esse mal-estar: “- Tens levado uma vida bem engraçada, Castelo! - Só assim se pode viver... Isto de uma ocupação única: sair de casa a certas horas, voltar a outras, aborrece, não achas? Não sei como me tenho agüentado lá, no consulado!” (BARRETO, 1911, p. 2).

Há dois momentos em que Castelo expressa uma dicotomia do trabalho: ao não o ter e estar na miséria e ao exercer um trabalho monótono. Esse paradoxo encontra fundamento na ideologia capitalista que emerge nas vielas cariocas na virada do século. É importante registrar que, com os escravos libertos ao final do século XIX e com a entrada maciça de imigrantes vindos da Europa e do Oriente Médio, a rede de comércio e de consumo sofreu um aumento exponencial. Inicia-se, portanto, o que Albornoz explica sobre a lógica do trabalho na atualidade:

Em muitas situações e momentos da sociedade contemporânea o trabalho e sua ideologia se tornam instrumentos de submissão política. O mundo é domesticado pela submissão ao trabalho. As pessoas se percebem como alegres robôs que não têm efetivo poder de decisão sobre o mundo em que trabalham. Todas as atividades são feitas como labores pela sobrevivência. O labor invade o mundo do trabalho, que os meios de comunicação de massas mantêm, enquanto manipulam o desejo e criam necessidades de consumo, dando aparência de necessidade a um trabalho que em si não seria mais necessário. Assim, apesar do aumento quantitativo do tempo livre na era da automação, muitas vezes desaparecem os lugares de participação política, que precisam ser reinventados (ALBORNOZ, 1986, p. 41-42).

A cordialidade de Castelo, sob o ângulo da cultura, converge para uma estratégia de sobrevivência. Para Sérgio Buarque de Holanda (2014, p.177), “a vida em sociedade é, de certo modo, uma libertação do verdadeiro pavor que ele sente em viver consigo mesmo, em apoiar-se sobre si próprio em todas as circunstâncias de existência”. Assim, a cordialidade, em Castelo, corresponde à máscara que ele usa para se proteger, isto é, um subterfúgio para poder adequar-se à vida social.

Outro ponto recorrente no diálogo é a questão do conhecimento – que Sérgio Buarque (2014) apresenta como inteligência – responsável pela distinção entre os atores sociais. Castelo, adornado por um falso conhecimento, seduz o Barão e, conseqüentemente, todos que viam nele uma figura que trazia consigo uma imagem

de autoridade intelectual legitimada pela tradição orgânica da jovem república, como o genro do Barão: “O marido de Dona Maria da Glória (assim se chamava a filha do barão), era desembargador, homem relacionado e poderoso; mas não se pejava em mostrar diante de todo o mundo a sua admiração pelo meu javanês” (BARRETO, 1911, p. 60).

A máscara social também é vestida pelo Barão, que ostenta uma titulação já em desuso e não percebe o descaso que os outros lhe oferecem. Guardadas as devidas particularidades, as relações sociais ainda se estabelecem através da respeitabilidade da tradição e do conhecimento, que é, acima de tudo, a dissimulação de onde se origina a ideia de homem cordial.

O conto de Lima Barreto satiriza as estruturas sociais e de poder, nos quais um homem que não tem dinheiro para pagar a pensão conquista espaço no círculo restrito da elite carioca tão somente com a habilidade de simular uma intelectualidade que está distante de ter. Isso evidencia que, em um país de medalhões, a edificação de uma imagem subjuntiva da intelectualidade, a habilidade em conquistar empatia alheia e a troca de favores são suficientes para auferir ascensão social e, assim, perpetuar as regras do jogo colonial, que condenam o trabalho do fazer diário ao passo que louva os subterfúgios da práxis não-produtiva.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que o trabalho é um campo de batalha pelo poder e que as terminologias mudam conforme o período histórico. O objetivo, entretanto, se assemelha ao largo dos séculos: obter dinheiro e prestígio social para estabelecer uma ordem de distinção dos semelhantes. No Brasil, isso se particulariza uma vez que a ideia do trabalho não-intelectual coloca o sujeito social em um nível de menosprezo e, por consequência, valoriza sobremaneira o fazer do campo simbólico da intelectualidade. Em uma país de medalhões, o que vale é colocar-se dentro de uma rede de não-trabalho, o que marca, pontualmente, uma função social privilegiada na ordem imaginária do cotidiano.

Em **Teoria do medalhão**, o pai apresenta estratégias que o filho deve seguir para se tornar uma pessoa bem-sucedida, com trânsito livre em todas as esferas

sociais e não comprometida politicamente em nenhuma alçada de poder. Ser medalhão aponta para uma direção de ausência de trabalho e de pensamento crítico, em suma, é ocupar um espaço social que desconstrua a ideia do sofrimento e tortura, mas torne permanente a imagem afirmativa desse sujeito, embora desvinculado do fazer social, o que sustenta a desnecessidade e a ausência do trabalho.

Ao analisar, por seu turno, **O homem que sabia javanês**, o leitor depara-se com um sujeito deslocado dos modos de produção do trabalho e de sua geografia imaginária. Castelo, ao enfrentar uma rede de necessidades não contempladas pelo espaço urbano, coloca em marcha o projeto de gestar uma estratégia de sobrevivência a partir de uma esdrúxula notícia de jornal: o Barão de Jacuecanga, uma figura simbólica da monarquia – já erosionada a essa altura da história – necessita de um professor de javanês. Embora desconhecendo completamente a língua e a cultura javanesa, percebe a possibilidade, pela contingência histórica, de assumir a tarefa. Selma Vital observa que embora haja um espaço considerável de tempo entre as duas publicações, a de Machado e a de Barreto, há a possibilidade de aproximação das duas obras, pois “apesar de muitas mudanças anunciadas pela República, o novo regime teria herdado alguns vícios do Império. Portanto, o tempo não inviabiliza uma leitura crítica dos contos, sob uma lógica similar” (VITAL, 2009, p. 95).

Dentro de um jogo de simulações e de dissimulações em que a imagem do não-trabalho aparece como estratégia de sobrevivência, a personagem percebe a possibilidade de ascensão social, o que de fato se materializa quando consegue, por meio de diversos estratagemas, uma colocação definitiva contexto laboral.

Em **Teoria do medalhão** e **O homem que sabia javanês**, os narradores trazem à luz arquétipos singulares da sociedade brasileira, não só à época da escritura das narrativas, mas que continuam significando ao largo da história da nação durante o século XX e nos primeiros decênios do século XXI. É essa história que condena e que destrata conceitualmente a ideia da força de trabalho, da produção necessária do ordinário cotidiano – herança evidentemente escravagista – e, também, supervaloriza as máscaras decoradas pela intelectualidade, muitas

vezes falaciosa das elites que operam economicamente os valores da cultura brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: **Praxis**; Bauru: Canal 6, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- ARANTES, Antônio Augusto. **O que é Cultura Popular**. 14. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.
- ASSIS, Machado de. Teoria do medalhão. In: **Contos: uma antologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V. II.
- BARRETO, Lima. O homem que sabia javanês. In: MORICONI, Italo (org.). **Os cem melhores contos brasileiros do século**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- FAORO, Raymundo. **Machado de Assis – a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Globo, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- POCHMANN, Márcio. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- VITAL, Selma. O Medalhão que sabia Javanês: uma leitura comparativa entre Machado de Assis e Lima Barreto. **Machado de Assis em Linha**, São Paulo, ano 2, número 3, junho de 2009, 85-100.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.